

O Serviço Social nos Núcleos e Colônias Agrícolas do Brasil

Monografia Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

EDY COSTA LEITE

(Assistente Social Técnica)

INTRODUÇÃO

V AQUEIROS dos sertões do nordeste, que andais vestidos de couro, que tendes a face prematuramente envelhecida, enrugada, pelo esforço constante de fitar o céu azul, límpido, ofuscante, em busca de uma nuvenzinha que vos dê a esperança de chuva; agricultores nordestinos, requeimados por êsse sol ardente como o amor de vossas caboclas; homens do nordeste, que vos ergueis do leito às horas tardias da noite para ouvir e sentir as chuvas raras; a vós que sois a melhor esperança do porvir brasileiro, porque sabeis “amar a terra em que nascestes”, dedico êste primeiro trabalho, inspirado que foi no desejo de corrigir as absurdas e injustas condições de vida e de trabalho que perduram e que devem ser suprimidas, bem assim nas recordações do que de dedicação e amor à terra vi e senti nesses sertões.

Dedico esta monografia a êsses brasileiros “gigantes pela própria natureza”, vaqueiros e agricultores de todo o Brasil, especialmente aos do nordeste, que vivem um cotidiano de lutas acerbadas contra toda sorte de obstáculos impostos pela mãe natureza, ingrata e difícil.

Restringi o assunto apenas às Colônias e Núcleos Agrícolas do Brasil, por ter sido grande a dificuldade em coligir dados sobre o assunto, havendo o Ministério da Agricultura facilitado as observações necessárias, não somente no terreno teórico, facultando-me a freqüência à sua biblioteca especializada, o cômputo de dados estatísticos, palestras com seus técnicos; como, também, a prática, facultando a aplicação do Serviço Social do Núcleo Agrícola de Santa Cruz, Seção do Piranema.

Assim, não pretendo com o presente trabalho apresentar nenhuma novidade, apenas, focalizar problemas, às vezes complexos, para os quais julgo ter encontrado solução na aplicação do Serviço Social. Desejo comentar o que me foi dado concluir das observações, particular e individualmente feitas, e das leituras especializadas a que me dediquei.

1.^a PARTE

Início êste trabalho observando a influência psicológica dos quatro elementos que formaram, não só física como moralmente, a raça Brasileira.

CAPÍTULO I

O AMERÍNDIO

Quando da época do descobrimento estava o nosso silvícola na fase econômico-social da agricultura, pois já cultivava o milho, o algodão, a mandioca, a batata doce, o inhame e o fumo.

Alguns produtos já sofriam modificações industrializadoras, trabalho êsse adstrito às mulheres. Do milho faziam farinhas, utilizadas de diversas maneiras na alimentação cotidiana e fabricavam bebidas. O algodão era beneficiado e utilizado no tecimento de rédes, algumas peças de vestuário; e cordoames por êles denominados — “musurana” —. Da mandioca que era cultivada em maior proporção tiravam o — “cauim” —, que era a cerveja da época, uma beberagem fermentada, diversas qualidades de farinha que eram empregadas em bolos e no “beiju” ainda hoje muito apreciado pelas populações nordestinas.

Dos processos empregados no fabrico da farinha, referidos por autores que se dedicaram à observação do índio no século do descobrimento, existem ainda as aparelhagens tais como o “tipiti”, os fornos de barro, os primitivos raladores de mandioca, e são ainda utilizados no nordeste; nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e no sul; no Estado do Rio de Janeiro, pois tive oportunidade de vê-los funcionar, bem assim o mais recente melhoramento introduzido nessa industrialização rudimentar “o monjolo de Braz Cubas”.

Afirmaram de início os Portuguezes que haviam descoberto um — Novo Mundo, — e quanta impropriedade havia nessa afirmativa: não era nova a terra descoberta, nem geológica, nem socialmente o nosso continente.

Geològicamente, fixaram os estudiosos a era de formação, mas socialmente nada conseguiram; continuam as divergências, as controvérsias perduram, descendiam, aquelas tribos ou nações aqui encontradas, de emigrantes Fenícios ou Cartagineses? De raças mongólicas ou caucásicas?

Foram encontrados em plena fase agrícola, sem estagiarem na do pastoreio, contrariando assim todas as normas da evolução clássica dos povos.

Não eram, propriamente, selvagens, “mas asselvajados, destróço de civilização anterior”, afirma Martius.

Desde os primórdios, é o Brasil e o brasileiro, algo contraditório, surpreendente, desorientador.

O conhecido cronista do tempo, Pero Vaz de Caminha, tais afirmativas faz sobre os homens e a terra, que levou outros observadores da nossa estirpe a afirmarem “no Brasil tudo é grande exceto o homem”. E é Saint-Hilaire quem contesta “iludiram-se tanto acerca das pessoas como das coisas, julgavam o país rico e ele é pobre, julgavam os habitantes estúpidos e eles são inteligentes e suscetíveis de aprender tudo”.

Nem tanto, nem tão pouco, senhor... nem tão pobre, nem tão inteligentes. Normais, perfeitamente normais, simplesmente normais são os habitantes e a terra.

O Brasil é rico sim, mas guarda avaramente seus tesouros de tal formã que só com a aplicação da inteligência e de grande dose de energia se obtém a exploração de suas riquezas.

O solo é ubérrimo, de tal forma rico que dificulta o trabalho agrícola. A germinação rápida de ervas naturais só ser motivo de desânimo. Depois de queimado o mato reinante, processo até hoje usado, lançada a semente é grande o trabalho do agricultor para conservar o campo isolado da vegetação espontânea, para germinar a cultura que deseja produzir.

Nunca se submeteu o aborígene à escravidão. Não por assumir atitudes de “Grandes de Espanha”, como diz Gilberto Freire — ... se teriam recusado a trabalhar de enxada nos canaviais portugueses, num gesto superior de “Grandes de Espanha” — Mas mui simplesmente como observa Luiz Amaral — “entre os índios brasileiros, a escravidão era consequência das guerras: os prisioneiros eram escravizados e utilizados em trabalhos pertencentes às mulheres. Para guerreiro duas vezes humilhante”.

O Ameríndio, caracteristicamente introvertido, opôs sempre tenaz resistência ao domínio do invasor, perecendo, ao fim dessa luta desigual. Assim, concluímos que bem pequena percentagem indígena se adaptou à civilização européia; ela foi, mais propriamente, extinta pela mesma civilização.

CAPÍTULO II

O PORTUGUÊS

Por motivos de ordem econômico-social, os Portugueses, mesmo em Portugal, não praticavam a agricultura, viviam do comércio de especiarias da Índia, da China e do Japão. Não sendo povo agrícola, não poderia dedicar-se a essa atividade na colônia cuja vida econômica não lhes interessava.

Vinha o Português para o Brasil movido única e exclusivamente pelo desejo de fazer fortuna fácil. Esperavam explorar minas de ouro ou prata e outros produtos naturais. Mas acontece que o ouro não se encontrava à flor da terra, não estavam nas praias os veios auríferos e a instalação, mesmo precaríssima das “bateias”, empurrou o Português para o interior. O que as febres comuns no litoral não conseguiram, conseguiu a sede de ouro. Não foi com fito colonizador que se realizaram as penetrações no interior das densas matas. Penetraram a nossa hinterlândia, em busca do negro fugitivo, encastelado em seus “quilombos”; a procura de tesouros; ou ainda para o aprisionamento do índio a ser aproveitado em trabalho escravo, o que nunca conseguiram em escala compensadora.

O transporte de víveres para essas longas jornadas era penoso, impossível fazê-lo proporcionalmente, sem conhecerem as distâncias a serem percorridas. Dirigiam-se para o desconhecido, não podendo fazer assim o aprovisionamento suficiente. Quando o alimento escasseava e os índios não lhes mostravam quais os frutos comestíveis, era necessário plantar. Faziam alto, derribavam a mata, roçavam, plantavam e aguardavam a safra para só então levantar acampamento e prosseguir a jornada.

Não foi, pois, com o fito de colonizar através da agricultura, que se instalaram os colonos Portugueses. Acontece que o ouro surgia com muita dificuldade, demasiadamente lento, fazendo-se necessário o cultivo das terras adjacentes para o sustento dos colonos mineradores.

O Brasil era agrícola na época do descobrimento e conservou-se agrícola até que a descoberta de um veio aurífero desviou a aplicação de energias.

Assim, o início da Colonização do Brasil foi feito de improviso, e para nossa infelicidade continua tudo a ser improvisado no Brasil.

O Português, movido pela cupidez aurífera, deu expansão na colônia a todos os maus instintos, controlados na Metrópole, mas dominantes aqui, onde o espírito materialista imperava.

Conseguiu o Português civilizado escandalizar e apavorar os próprios bárbaros, senhores da terra, selvagens e pagãos, com sua crueldade e seus costumes dissolutos.

Mesmo que acreditemos que a pena de degredo não era aplicada por crimes nefandos, senão imposta pela Inquisição, os que para aqui vieram

cumprir pena, não traziam planos de colonização, nem técnicas agrícolas, nem o desejo de ser útil, mas o de explorar o mais rapidamente possível a terra desconhecida para que se cumprisse a bênção do Bispo de Leiria "vá degredado para o Brasil donde voltarás rico e honrado".

Unicamente se preocupavam em locupletar-se com o ouro desta terra por acaso descoberta. Não se interessaram nem por conhecê-la, pois durante muito tempo tomaram por uma ilha esta vastidão territorial.

Aprendeu o Português botânica e agricultura com o selvagem inculto. "O sistema agrícola adotado no Império do Brasil é o dos Tupinambás, Carijós, Tupiniquins e outras nações indígenas da sub-raça Tupí, hoje exterminada; os luso-brasileiros ainda adquiriram desses selvagens a cultura da raiz que fornece seu alimento principal e a ela devem uma série de aplicações diversas, o conhecimento de alguns frutos bons e de vários remédios salutareos" é de Saint-Hilaire o trecho.

Ainda hoje é do cultivo da mandioca que vive a grande maioria das nossas populações rurais.

No segundo século do descobrimento já a agricultura se fazia compulsoriamente. Foi baixada uma ordem pelo administrador-geral das Minas da Repartição do Sul, em que se lê: "Tôda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que fôr ao sertão, a descobrimento, será obrigada a levar milho, e feijão e mandioca, para poder fazer plantas e deixá-las plantadas, porque com esta diligência se poderá penetrar os sertões que sem isso é impossível". Isto porque o Português nada mais podia esperar daqueles que havia espoliado.

O aborígine o havia recebido bem; ensinara-lhe o que sabia e tão perversamente fôra tratado que passou a tratar o Português como inimigo.

O que o Português conseguiu, com muita nitidez imprimir, na alma do povo brasileiro, foi o que muito bem descreve Luiz Amaral "... a idiosincrasia contra os governos, vistos sempre e apenas como dilapidadores e espoliadores".

CAPÍTULO III

O NEGRO

E' inegável a influência africana em todos os setores da formação da Pátria Brasileira, mas muito discutível o quantum dessa influência.

Eram os negros trazidos pelo tráfico escravocrata, de estágio muito primitivo da civilização humana. Eram infantis, sem a perversidade do europeu civilizado. Não eram maus, eram mansos e trabalhadores. Possuíam a "leviandade, o capricho, a imprevidência, a volubildade, a inteligência ao mesmo tempo viva e limitada, própria da infância" —. E ainda hoje podemos observar nas populações de maior influência negróide, tais como a baiana, as características extrovertidas do negro, sempre alegre, loquaz, de uma petulância às vezes irritante.

Trouxeram os negros para o trabalho agrícola da colônia brasileira os conhecimentos adquiridos desde o século VII, com os missionários, — a fabricação do aço, a utilização de ferramentas de ferro fundido cuja arte lhes era muito apreciável. Com o que pôde avançar um grau na escala da racionalização do trabalho a agricultura brasileira.

Foram os negros que mais tarde descobriram as minas e nelas foram duramente sacrificados, quando o ciclo agrícola declinou.

Nas suas fugas, na formação dos "quilombos", levavam os negros para os confins da terra brasileira, onde colonizador europeu não chegava, a sua civilização precária mas sincera. Foi mais com o negro que fugia das garras do colono branco, que o nosso silvícola aprendeu, e foi catequizado, antes da chegada dos Jesuítas.

As devoções a São Benedito, a Santa Efigênia e a Senhora do Rosário, bem caracterizam a influência do negro, que o selvagem melhor aceitou, por melhor ser o exemplo de mansidão do negro.

Vieram da África não só técnicos para a exploração das minas, mas artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril.

Instituíram a criação do gado, pois o nosso índio passou do nomadismo à fase agrícola, sem o estágio pastoril.

Mas vieram, também, "donas de casa" da África distante, para o colono sem mulher branca. A quase ausência de mulheres brancas na colônia deu oportunidade às uniões irregulares produtoras do mulatismo. As leis portuguesas e posteriormente as brasileiras, facilitando o perfilhamento dos filhos ilegítimos, facilitaram a tendência aos costumes dissolutos, dando origem ao concubinato, que ainda hoje aflige a família brasileira, pois todos os homens têm, por tradição, o hábito de manter a sua "caseira" como são chamadas essas pobres, humildes criaturas, geralmente bonitas mestiças que se dedicam a um indivíduo dando-lhe filhos que são reconhecidos para desespero dos herdeiros legítimos.

CAPÍTULO IV

OS JESUÍTAS

Com Inácio de Loyola, nasceu o cristão moderno, o cristianismo dinâmico, pois foi ele o primeiro a compreender que a vida e a atitude cristãs não eram, absolutamente, incompatíveis com a vida comum da humanidade, com as lutas próprias da natureza humana, isto é, o isolamento e o afastamento incondicional do mundo, a que se condenavam espontaneamente os cristãos, a contemplação e a passividade ilimitada e que não identificavam com a natureza humana.

Compreendeu Inácio de Loyola que para "combater o bom combate" era necessário atividade plena. Na luta aberta pelo estabelecimento do reinado de Cristo na terra de gentios, deveria

usar método especial, de trabalho, ação e obras. Investindo diretamente contra os males sociais, iniciando uma reforma intensiva da sociedade humana, atacando de frente os graves problemas sociais.

Eram os Jesuítas, física e moralmente fortalecidos pelas práticas de um singular sistema de treinamento que, purificando o coração e o espírito através de renúncias e provações ininterruptas, cultivando a inteligência e a vontade em obediência continuada. E até cultura física era praticada, o que bem pode servir de modelo ao que de arrojado havia na alma de Loiola, que criou um preparo especial de religiosos para iniciar o avanço missionário tanto no Velho como no Novo Continente.

"Nos sertões brutos e nas selvas intransitáveis foram eles os pioneiros da ética e da fé cristãs, erigindo, sobre essa base tão simples e apesar disso tão séria, uma superestrutura inteiramente derivada das necessidades locais".

Talvez tenha sido o Padre Missionário Roque, o primeiro homem branco a pisar terras Sul Riograndenses. Em 1626, transpôs o rio Uruguai, convertendo e batizando cerca de 10.000 índios. Nos relatórios enviados para a Casa da Ordem em Assunção, consta o mais antigo relato sobre a zona ocidental do Estado do Rio Grande do Sul.

Em dois anos de incansável trabalho, fundou diversas aldeias.

Foi abatido com uma "etaicá" (clava de pedra), por um cacique vaidoso que não admitia concorrência à sua autoridade. A "Igreja Católica proclamou-o mártir, beatificando-o em 1934".

Conquistaram os Jesuítas vastas regiões da mata impenetrável, primeiro com as armas do espírito, argumentando, depois com os planos para a terra; machado e picareta.

Eram os Jesuítas bons artífices; marceneiros, arquitetos, pedreiros, agricultores, afeitos a toda sorte de trabalhos, ensinavam aos índios o manejo de ferramentas que tornavam o trabalho menos árduo.

Ainda hoje é, em grande escala, à dedicação de Padres e Religiosas, que devemos a educação das nossas populações rurais. Ninguém poderá negar o grande número de Colégios por eles fundados e mantidos nas regiões mais longínquas e às vèzes inóspitas, dêste tão grande quão querido Brasil.

2.^a PARTE

SOCIOLOGIA

CAPÍTULO I

A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL

(Sumário Histórico e Cronológico da Descoberta do Brasil ao Segundo Império)

Os Portugueses dão início à colonização do Brasil em 1531, com a chegada de Martin Afonso de Souza, primeiro "Donatário" das "Capitanias

Hereditárias", que fundando S. Vicente instala o primeiro núcleo europeu na Colônia.

Os demais "Donatários" vão ocupando gradativamente as "Capitanias" a êles doadas, na seguinte ordem cronológica:

1534 — São fundadas por seus "Donatários" as seguintes Capitanias:

Por Pedro Lopes de Souza, a "Capitania" de Santo Amaro.

Por Pedro de Góes, a da Paraíba.

Por Vasco F. Coutinho, Espírito Santo.

Por Jorge de F. Correia, Ilhéus.

Por Pedro de C. Tourinho, Pôrto Seguro.

1535 — Por Duarte Coelho Pereira a de Pernambuco.

Por João de Barros Maranhão, a Capitania do Maranhão.

1549 — Portugal cria uma política social no Brasil, nomeando primeiro Governador-Geral a Tomé de Souza, que funda a cidade do Salvador na Bahia. Veio acompanhado por seis Jesuítas que dão início à Catequese dos Índios. Com tal carinho se entregam a êsse mister, que são mais tarde expulsos do território brasileiro pelos próprios portugueses.

Com a mesma expedição chegaram quatrocentos degredados, que pela situação social que os trouxe ao Brasil, bem poderíamos concluir, fôssem a escória moral do reino português. — Quatrocentos homens sem pátria e sem família.

1572 — E' tentada uma nova forma de govêrno, que melhor administrasse esta vastidão territorial. E' o Govêrno da Colônia dividido entre dois Governadores-Gerais, residindo um em São Salvador, encarregado das capitanias do nordeste e o outro no Rio de Janeiro, encarregado das capitanias do sul até o rio da Prata.

1576 — Em quatro anos verificam a ineficácia do sistema de govêrno duplo.

1590 — E' fundada uma povoação em Sergipe.

1599 — E' fundada a cidade de Natal, que mais tarde passa a Capital do Estado do Rio Grande do Norte.

1609 — E' iniciada a fundação de uma povoação no Ceará, por Diogo de Menezes.

1615 — E' fundada a cidade de Belém do Pará, por Francisco Caldeira.

1640 — E' pela primeira vez conferido o título de Vice-Rei do Brasil ao então Governador-Geral do Brasil, Marquês de Montalvão.

1651 — E' fundada uma povoação em Santa Catarina.

1674 — E' iniciada a colonização de Alagoas.

1680 — E' fundada a Colônia de Sacramento, na desembocadura do rio da Prata, para servir de barreira contra a aproximação dos espanhóis.

1693 — E' iniciada a mineração regular do ouro.

1697 — São criados os primeiros núcleos residenciais em Minas Gerais.

E' destruída a famosa república dos Palmares. Deve datar de 1532 a chegada ao Brasil, das primeiras levas de escravos negros, porque daí começa a colonização agrícola, com a chegada dos "Donatários".

1718 — E' iniciada a colonização do Piauí.

1719 — E' iniciada a colonização de Mato Grosso.

- 1728 — E' iniciada a colonização de Goiás.
- 1729 — São descobertas jazidas diamantíferas, em Cêro Frio.
- 1737 — E' iniciada a colonização do Rio Grande do Sul.
- 1763 — E' transferida a capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro.
- 1789 — E' descoberta e dissolvida a primeira conspiração brasileira, chefiada por Tiradentes.
- 1808 — A família Real Portuguesa instala-se na Colônia.
E' publicada a Carta Régia.
E' instalado o primeiro prelo do Brasil no Rio de Janeiro.
- 1811 — E' instalado o segundo prelo do Brasil, na Bahia. Foram durante dez anos os únicos existentes no Brasil.
- 1815 — E' o Brasil elevado à categoria de Reino.
- 1821 — E' proclamada no Rio de Janeiro, e adotada no Brasil, a Constituição das côrtes de Portugal.
E' D. Pedro deixado, por seu pai D. João VI, como regente do Brasil, ao voltar a família Real Portuguesa para a Côrte lisboeta.
- 1822 — E' proclamada a Independência do Brasil, a 7 de setembro.
E' aclamado primeiro Imperador do Brasil, D. Pedro, a 12 de outubro.
E' coroado D. Pedro I, a 1.º de dezembro.
E' instalada a Assembléia, que fôra convocada para a elaborar a primeira Constituição Brasileira, a 1.º de dezembro.
- 1824 — E' jurada por todo o Império a nova Constituição Brasileira.
- 1825 — E' reconhecida por Portugal a Independência do Brasil, a 29 de agosto.
- 1831 — E' aclamado D. Pedro II, Imperador do Brasil, após abdicação de D. Pedro I.
- 1834 — E' reformada a Constituição Brasileira, criando-se as Assembléias Provinciais.
- 1835 — E' eleito para Regente do Império, Diogo Antônio Feijó.
- 1837 — E' aceita a renúncia de Feijó à Regência, em 19 de setembro.
E' nomeado provisoriamente, para a Regência, Pedro de Araújo Lima.
- 1838 — E' eleito para Regente, Pedro de Araújo Lima.
- 1840 — E' abolida a Regência, sendo D. Pedro II investido no pleno exercício de suas imperiais prerrogativas.
- 1841 — E' coroado o segundo Imperador do Brasil, D. Pedro II, a 18 de julho.

Vimos cronologicamente enumerando os principais fatos da nossa história desde os primórdios da sua colonização até o evento do segundo Império, quando, com a abolição da escravatura, grande modificação apresenta a nossa estrutura social.

Não houve até aí nenhum planejamento para o aproveitamento racional da fertilidade deste solo, virtude tão amplamente divulgada por Pero Vaz de Caminha.

CAPÍTULO II

A AÇÃO SOCIAL ABOLICIONISTA

Logo após a instalação dos primeiros núcleos de trabalho agrícola, foram introduzidos no Brasil os escravos negros.

Veio com o Português o tráfico nefando da escravatura, para suprir a falta dos braços na Colônia, desde que ao Português faltava número para a labuta do campo e ao índio repugnava a escravidão.

Foi tentada a utilização do braço nativo, mas ficou constatada a ineficácia do seu aproveitamento na faina de semear a terra para um senhor. O índio nunca pôde aceitar a escravidão, nem compreender a preocupação do branco em acumular riqueza.

Já havia a experiência do emprêgo de escravos africanos, em outras plagas, sempre com resultados satisfatórios.

Em 1697 temos conhecimento da destruição da famosa República dos Palmares, refúgio de negros escravos foragidos.

Os mansos negros, conformados com sua sorte, habituados com a escravidão, ao contato com a nossa natureza pujante e livre, sentem, também, ímpetos de liberdade.

E lá nos confins de Alagoas, no meio espesso da mata, onde não chegavam os civilizados, fundam uma aldeia. Criam leis, organizam-se, livres dentro da relva.

Mas o branco civilizado e livre, não perdoa, e vai no encalço desses fanáticos de liberdade, que lutam, que morrem e suicidam-se para não voltar à escravidão. Quantas heróicas e maravilhosas lendas contam-se dessa província batalhadora.

Durante 300 anos traficaram os brancos, canalizando os habitantes das costas d'África para o Brasil.

Somente em 1850 se iniciam os movimentos abolicionistas, que em trinta e cinco anos de legislação pró-abolição, chegam ao termo da luta com a vitória.

Num pequeno resumo cronológico, podemos observar a marcha evolutiva e rápida da abolição.

1850 — E' promulgada a lei Euzébio de Queiroz, abolindo o tráfico negreiro no Brasil.

1871 — E' promulgada a Lei do Ventre Livre, redigida por José da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.

1885 — E' promulgada a lei que liberta os sexagenários, redigida por Saraiva e Cotegipe.

1888 — E' finalmente promulgada a Lei Áurea.

Assinada que foi essa lei pela nossa Princesa Imperial, D. Isabel, então Regente do Brasil, foi pelo seu gesto magnânimo cognominada — A Redentora.

Pobre Redentora, que com seu magnífico gesto, caridoso e humano, perdeu a coroa e lançou o Brasil no caos.

A promulgação da Lei Áurea é bem um modelo de Ação Social empírica. Libertou os escravos sem ampará-los nessa liberdade repentina, deixando-os maravilhados, na indigência; desapropriou os senhores sem dar-lhes tempo para obter operário assalariado e compreender o alcance so-

cial da lei. Sem preparação dos dois elementos interessados — senhor e escravo — sem educar previamente nem a um nem a outro foi a miséria coletiva o que sucedeu. Apesar de todas as poesias com que se enfeitam as conseqüências dessa lei, é bem essa a verdade: a fragorosa queda das mais prósperas regiões agrícolas do Brasil, que até hoje não mais se conseguiram restabelecer.

Podemos dar como exemplo do que asseveramos as cidades bem próximas de nós, como Angra dos Reis ou Parati e tantas outras, da baixada Fluminense, chamada outrora "o celeiro do Estado do Rio" pela sua exuberante produtividade.

A política internacional forçou a coroa Imperial do Brasil a êsse gesto. A nossa nobre Princesa não pôde vencer as injunções políticas, confiou em José do Patrocínio, ouviu-lhe os conselhos sem prever as conseqüências.

A abolição total dar-se-ia fatalmente, mas gradativamente, sem tropel, com a execução das leis anteriormente.

Mas no Brasil tudo deve ser feito desassombradamente.

3.ª PARTE

ATUALIDADE AGRÍCOLA DO BRASIL

A atualidade agrícola nacional é dolorosamente o panorama mais desnordeante que imaginar se possa.

Uma terra rica, um povo inteligente, milênios de vida agrária, experiências de todas as latitudes aplicadas indiscriminadamente aos nossos problemas, a miséria a triunfar dos elementos dispersivamente utilizados.

Procuramos observar e pesquisar ambientes de vida rural, e foi-nos aberto estágio nas Colônias e Núcleos Agrícolas do Ministério da Agricultura.

Tivemos oportunidade de deparar com as mais paradoxais atividades desenvolvidas com boa fé por funcionários cômicos de sua responsabilidade, mas ignorantes da finalidade do serviço a êles entregue. A deturpação de itens de lei, a confusão interpretativa dos dispositivos legais, levou ao mais baixo nível de vida essas populações que vamos estudar nas Colônias Agrícolas Nacionais do Amazonas, do Maranhão, de Mato Grosso e no Núcleo Agrícola de Santa Cruz no Estado do Rio; ambientes típicos do norte, centro e sul do país.

CAPÍTULO I

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DO AMAZONAS

"Foi criada pelo Decreto-Lei n.º 8.506, de 30-12-41, tendo sido nomeado Administrador por Dec. de 1-4-42, o Agrônomo Joaquim Ferreira de Carvalho, exonerado em 5-7-44 e substituído pelo agrônomo Nérico da Silva, nomeado por dec. da mesma data."

"Para instalação da Colônia do Amazonas, foi posta à disposição do Ministério da Agricul-

tura, pelo Governo do Estado, uma grande área de terras situada entre os rios Solimões e Negro, próxima a Manaus."

"O Governo do Estado já efetuou a desapropriação de três propriedades de domínio particular, sendo uma à margem do rio Solimões denominada Bela Vista, onde está atualmente instalada a sede provisória da Colônia, outra à margem da Estrada Bela Vista-Manaus e uma ilha denominada Conceição, situada no rio Solimões em frente a Bela Vista.

Tivemos oportunidade de nos avistar com o Dr. Nérico da Silva, que muito gentilmente nos prestou esclarecimentos preciosos e dados estatísticos que usamos no presente trabalho.

Está localizada a Colônia no município de Manacapuru, distando da capital amazonense 9 horas de lancha.

Promoveu o Ministério da Agricultura a recuperação de colonos residentes antigos da região. Com grandes dificuldades vem sendo feita essa recuperação, pois as populações residentes à margem dos rios e lagoas não são afeitas aos trabalhos da lavoura, dedicando-se quase que exclusivamente à pesca.

A administração da Colônia tem de educar o nativo no amanho da terra, prestando-lhe auxílio no desbravamento do lote entregue, fornecendo-lhe sementes e instrumentos agrícolas.

E' composta a população da Colônia por êsses nativos referidos linhas acima e nordestinos remanescentes da campanha da borracha.

Com êstes elementos humanos em estado semi-selvagem é bem difícil a empresa. Analfabetos, com nenhuma noção de higiene e conforto, a campanha de educação é urgente. Dispõe a Colônia de 10 professoras primárias que além das aulas às crianças, fazem serviço de visita domiciliária, para fiscalização higiênica, mantêm aula noturna de alfabetização para adolescentes e adultos.

Estão localizadas na Colônia atualmente 200 famílias, num total de 432 adultos e 762 crianças em idade escolar.

Inicialmente, o Ministério da Agricultura consente a construção de "tapirys", palhoças para a imediata localização do colono, posteriormente o Ministério constrói casas de madeira ou alvenaria com os requisitos indispensáveis à vida higiênica e por conseguinte sadia. Foram construídas até agora, na Colônia do Amazonas, 22 casas de madeira e 15 de alvenaria, num total de 37, permanecendo nos "tapirys" 163 famílias.

Não é má a situação higiênica da Colônia, informou-nos o Dr. Nérico, muito embora seja assolada pela malária a região.

O Dr. Nérico é de opinião que com o saneamento do homem e não da região, se obterá a salvação da Amazônia, e parece-nos que êle está com a razão. Se não sanarmos o homem, isto é, educando-o na prática da higiene: higiene alimentar, higiene no vestir-se, no lavar-se, na residência, higiene consigo próprio e com a casa, higiene com

a água de beber e com detritos, mostrando-lhe as razões e as vantagens da instalação de água potável e de fossas vedadas, enfim educação, educação, mais educação; sem o que não poderemos esperar que o homem ignorante tire proveito das melhores condições ambientes de desfrutar, por melhores que sejam. Mas a realidade flagrante que se pode observar através desta palestra simples e amável com o Administrador da Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, é que as condições ambientes são precaríssimas, sendo portanto nulos todos os esforços no sentido de educar o povo, quando se permite que vivam na mais completa indigência famílias que procuraram amparo na lei e no governo.

Eduquemos o povo e todos os problemas se aplainarão.

Nas vazantes dos rios, durante as sêcas, os habitantes se abastecem de água nos "igarapés" o "igapós" (espécies de cacimbas) onde a água parada depressa fica poluída, provocando distúrbios intestinais.

Com a limitada verba para contratar pessoal técnico, e dadas as condições locais, distância e insalubridade, tem a Administração da Colônia enorme dificuldade em selecionar os médicos, engenheiros, topógrafos, datilógrafos, escrivães, etc. Poderemos compreender a dificuldade, se estabelecermos a seguinte comparação:

	MÉDICO Cr\$	ENGENHEIRO Cr\$	TOPÓGRAFO Cr\$
Serviço Especial de Saúde Pública do Vale do Amazonas (S. E. S.P.)	5.500,00	6.000,00	—
Serviço de Estradas de Rodagem.....	5.250,00	8.000,00	4.000,00
Território Federal.....	5.250,00	6.000,00	—
Colônias Agrícolas.....	4.000,00	5.500,00	2.400,00

Mantém-se a Colônia com 10 professores; cinco classes primárias; duas infantis para pré-escolares e uma noturna para alfabetização de adultos. Para uma população infantil de 762 crianças, há matrículas apenas para 320 crianças.

Para assistência médica a uma população de 1.200 criaturas, sem computarmos os funcionários do próprio Ministério, conta a Colônia com um farmacêutico, um dentista, 2 enfermeiros e uma Visitadora Sanitarista, estes residentes e a visita semanal de um médico do S.E.S.P.V.A. (Serviço Especial de Saúde Pública do Vale do Amazonas).

Já foi concluída a construção de uma Igreja Católica, mas do padre residente, também não tive notícia.

E os elementos de recreação para o espírito e mesmo para o corpo?

Quando se cogitará da instalação de campos de esportes, biblioteca, discoteca, cinema, rádio, elementos de educação, cultura e recreação?

CAPÍTULO II

A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DO MARANHÃO

Foi criada pelo Decreto-lei n.º 10.325, de 27-8-42 e o seu Administrador, agrônomo Eliezer Rodrigues Moreira, foi nomeado por decreto-lei de 21-10-42.

As terras escolhidas para a Colônia estão situadas a 700 quilômetros de S. Luís e desprovidas de comunicações por terra sendo o Rio Moa-rim a única via de acesso à região, aliás precária, por não oferecer êsse rio tráfego constante.

Assim, pelas dificuldades de transporte, somente em março de 1943 foi possível desembarcar os primeiros materiais em Barra de Corda, localidade escolhida para sede provisória da Colônia e durante todo êsse ano os esforços da Administração foram encaminhados para o reconhecimento da região, exploração e localização das vias de transportes mais necessárias.

Tivemos oportunidade de nos avistar com o Dr. Eliezer Rodrigues Moreira, que mui gentilmente nos prestou esclarecimentos preciosos e dados estatísticos que usamos no presente trabalho.

Promoveu o Ministério da Agricultura a recuperação dos colonos nativos, que representam atualmente 75% da população residente na Colônia, os 25% restantes são representados por nordestinos desalojados pelas sêcas.

Estão localizadas na Colônia 720 famílias, num total de 4.320 criaturas. Destas umas 1.000 não eram registradas civilmente o que a administração providenciou, bem assim facilitando-lhes o abono de família para os casais com mais de oito filhos, abono previsto em lei mas que a ignorância os privava.

Observamos com simpatia essas atividades assistenciais do Dr. Eliezer R. Moreira, administrador da Colônia que não se restringe às determinações gerais, procurando conhecer as dificuldades, levar até êsses irmãos o amparo que eles não solicitaram, mas que a lei oferece. Custa tão pouco ser útil.

Para uma população de 2.042, crianças em idade escolar dispõe a Colônia de 8 professores, em cujas escolas há matrículas para 700 crianças. Ficando, forçosamente, ao abandono educacional 1.342 crianças, cidadãos de amanhã que nasceram num trato de terra sob guarda e orientação federal.

O abastecimento de água potável é feito nas "agendas", pequena açudagem. Deixando muito a desejar quanto a pureza, essa água assim captada.

Inicialmente o Ministério da Agricultura consente na construção de palhoças, para a localização imediata do colono, permitindo por conseguinte que continue dentro da Colônia a vida des-

confortável e anti-higiênica que sempre teve. Para as 720 famílias atualmente localizadas, foram construídas 68 casas, 68 casas definitivas, dentro das mínimas exigências de higiene, permanecendo nas palhoças 652 famílias.

A situação sanitária da Colônia, é boa, segundo a informação por nós obtida, embora não conseguíssemos dados estatísticos sobre mortalidade infantil, nem a frequência dos ambulatórios. Possui a Colônia do Rio de Corda, para manter a situação satisfatória, 4 enfermeiros, um médico visitador, e as professoras que também prestam serviços de enfermagem. Como sempre, a professora é elemento altamente útil, educativo. Não tem a Colônia médico residente, como, também, não consegue os demais elementos técnicos indispensáveis ao bom andamento do serviço.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS — TERRITÓRIO DE PONTA-PORÃ

Foi criada pelo Decreto-lei n.º 3.059, de 14-2-43, tendo sido nomeado seu Administrador por decreto de 24-11-45, o agrônomo Jorge Coutinho Aguirre.

A administração da Colônia tem encontrado grandes dificuldades para resolver o problema de transporte para a sede da Colônia.

A sede provisória da Colônia foi instalada em "Dourados", que é ligado por 105 quilômetros de estrada de rodagem a Maraju, localizada no quilômetro 154 do ramal ferroviário do Campo Grande ao Paraguai.

Tivemos oportunidade de nos avistar com o Dr. Jorge C. Aguirre, que mui gentilmente nos prestou esclarecimentos preciosos e dados estatísticos que usamos no presente trabalho.

Está localizada a Colônia do município de Dourados ao sul de Mato Grosso.

Promoveu o Ministério da Agricultura a recuperação dos colonos nativos, que representam 20% da população da colônia, sendo 60% representados por *nordestinos* desalojados de São Paulo, e 20% de Sul-Riograndenses.

Estão localizadas atualmente na Colônia 500 famílias, num total de 1.000 adultos e 2.000 crianças, para as quais existem duas escolas com matrícula para 360 crianças.

Inicialmente o Ministério da Agricultura consente na construção de casas de sapé, estando atualmente construídas 50 casas de madeira, com os requisitos essenciais à higiene, permanecendo nas miseráveis cabanas, ainda, 450 famílias.

A situação sanitária da Colônia é boa, já possuindo um pequeno hospital para cirurgia de urgência. Possui a Colônia, para o serviço médico-sanitário, uma enfermeira, um enfermeiro e um médico, que não ficou esclarecido se reside ou não na Colônia.

O Dr. Jorge C. Aguirre não nos viu com a simplicidade cândida e conquistadora, dos outros

dois administradores, sertanejos cheios de sonhos e ideais que acreditam ainda existam pessoas bem intencionadas. Foram os outros mais sinceros e francos, abrindo-nos as fronteiras das dificuldades com que lutam, vendo-nos brasileiras irmanadas no desejo sadio de conhecer problemas para tentar resolvê-los.

Nas expressões numéricas globais fornecidas pelo Dr. Aguirre sentimos a precisão técnica divorciada da realidade pungente. Falsa visão de conjunto sem detalhes individuais, geralmente dolorosos.

CAPÍTULO III

O NÚCLEO COLONIAL AGRÍCOLA DE SANTA GRUZ

(Estado do Rio de Janeiro)

Foi criado pelo Decreto-lei n.º 19.133, de 11-5-30, em terras da Fazenda de Santa Cruz, próprio nacional, existente no Distrito Federal.

Tivemos oportunidade de visitar e pesquisar, neste núcleo, a seção do Piracema que fica já em território do Estado do Rio de Janeiro.

Estão localizadas, atualmente, na sede da Colônia 453 famílias, num total de 1.924 criaturas, sendo que a população infantil é de 1.259 crianças.

Inicialmente o Ministério da Agricultura consente na construção de casebres de sapé, verdadeiros "mocambos", para imediata localização do colono. Posteriormente o Ministério constrói casas para a residência do Colono, com os requisitos indispensáveis à higiene e por conseguinte à saúde. Mas a construção dessas casas se faz de tal maneira, que de 1930 a 1945, foram construídas no Núcleo 230 casas para 453 famílias, ficando, por conseguinte, sem esse elemento, indispensável ao reajustamento social do Colono, 223 famílias.

Também não há médico residente no Núcleo, mas dada a proximidade do Distrito Federal, torna-se fácil a visita diária do médico, que aliás são três, revezando-se nessas visitas.

Visitamos o Posto Médico de Piracema e é indescritível a miséria ali reinante. Parece-nos impossível que o Ministério mantenha um ambulatório em condições tão anti-higiênicas. Num baração de madeira que mede, todo êle, aproximadamente 6mx5m, dividido em 4 salinhas. Na primeira salinha, vemos um armário para guarda de medicamentos, uma mesa rústica que desempenha a dupla função de mesa de operações e escrivaninha para o médico redigir as receitas; na salinha contígua, um arremêdo de farmácia para manipulação de medicamentos, sem água encanada nem esgotos; na terceira salinha então deparamos com o que de mais nauseante — a pseudo-sala de curativos, bancos de caixotes, caixotes para coleta de algodões e gazes usadas, e não podendo ser devidamente higienizados exalavam odores desagradáveis.

Já se encontra em adaptação uma casa para a instalação de um novo Posto Médico, informa-

ram-nos. Mas isso há aproximadamente um ano... Investigamos e concluímos que a adaptação dessa casa serve apenas para fazer calar qualquer um que queira reclamar, pois se a administração já se preocupou com a adaptação de uma nova casa... não há mais o que falar sobre o assunto. Mas não compreendemos que em um ano não tenha sido possível ao Núcleo adquirir telhas e ladrilhos para terminar a tal adaptação.

Mesmo nessa situação precaríssima, os médicos atendem, em média, a 30 doentes por dia, no ambulatório e fazem visitas a domicílio dependendo para essas visitas, de transporte ocasional e da boa vontade dos motoristas do Núcleo, porque dada a situação hierárquica do médico, os motoristas do Núcleo não são obrigados a atendê-los. O médico é lotado como "Capataz Rural" porque sendo subordinado ao administrador do Núcleo, que é agrônomo, só poderá ter uma denominação inferior. Isso não traria dificuldades se a nossa mentalidade burocrática não estivesse tão aferrada a detalhes de somenos importância.

No Posto Médico não há fichários, nem arquivos, nem escrita comercial, por faltar completamente o material necessário. Simplesmente num vasto livro antidiluviano, vão os médicos anotando com a máxima boa vontade o nome, o diagnóstico e o tratamento prescrito ao Colono atendido, isto por ordem cronológica de chegada o que resulta na mais completa barafunda quando o indivíduo se submete a tratamento longo, voltando à consulta diariamente.

Muitas vezes o médico tem que receitar por informação de uma pessoa da família do enfermo de vez que estando aquele acamado, não pode, como é óbvio, se locomover e o médico não tendo condução para fazer a visita a domicílio, não pode ir vê-lo. E' perigoso receitar assim mas é a única solução, num ambiente desorganizado.

Muito embora se desdobrem em sacrifícios de toda natureza, não podem os médicos, que dependem de horário dos trens e da boa vontade dos motoristas, atender satisfatoriamente a todas as necessidades da Colônia.

Por não existir nenhuma enfermeira do sexo feminino, não há assistência às gestantes, pois as mulheres residentes no Núcleo não procuram o Posto Médico nessa contingência. E' considerável o número de natimortos, perfeitamente explicável pela assistência das "curiosas" que se entregam as mulheres. O médico não é procurado, nem consultado. Devido, de certo, ao sentimento de pudor, tão próprio do sexo, assim como à ignorância desde que não existe no posto médico nenhum elemento feminino que as receba.

O Posto Médico dispõe de 3 médicos, um enfermeiro e 3 trabalhadores práticos, todos do sexo masculino, num total de 7 funcionários. Os 3 práticos são homens feitos aos trabalhos do campo para auxiliarem o médico na dedetização das casas e trabalhos semelhantes.

A água potável é de poço, construído sem o menor resquício de higiene. Constrói o poço o Co-

lono, por conta própria, sem observar a inclinação natural do terreno que produz a movimentação dos lençóis d'água. Construindo a fossa não vedada ao mesmo nível do poço, cujas paredes não são também vedadas, geralmente um pouco antes deste, facilitando a contaminação das águas. E' muito comum suceder isso pela preocupação de localizar o poço em lugar mais próximo da casa, e portanto mais acessível.

A assistência educacional à população infantil é prestada pela única escola existente, incapaz de atender a matrícula superior a 500 crianças. Varia a distância dessa escola, dos lotes onde residem as crianças, de 8 a 15 quilômetros, que as crianças devem fazer a pé, pois nem as professoras têm condução certa. Claro está que a frequência às aulas vai muito, e em média comparecem uns 40 alunos. Existem ainda outras razões para a ausência das crianças, sintetizadas na absoluta miséria em que vivem. Não têm roupa, nem calçado com que possam frequentar as aulas. Mal alimentadas como vivem, é impossível cobrir a pé distâncias tais, diariamente, em trajeto de ida e volta.

Os Colonos necessitam de assistência técnica, através de ensinamentos agrícolas, que correspondem às necessidades locais. Uma assistência técnica educativa, visando sobretudo a policultura, ainda que em pequena quantidade.

Pela praxe atual, o Colono só pode plantar o que for previsto pelo administrador ou capataz rural, que geralmente não o orienta tecnicamente, resultando baixa produtividade e a mais prejudicial monocultura para a região.

Só autorizam o plantio do que interessa para comerciar sem que se lembrem de orientar o Colono na plantação de uma horta, na criação de pequenos animais, tais como porcos, galinhas, rãs, patos, etc., para suprir a alimentação da família do Colono e aumentar as possibilidades materiais do Núcleo.

A própria administração do Núcleo deveria manter um pequeno estábulo, com um mínimo de 50 vacas leiteiras para prevenir a alimentação infantil. As crianças, todas elas, apresentam doenças de carência alimentar, características de desnutrição.

Tanto o cultivo da horta, como a criação de pequenos animais, o emprêgo desses produtos na alimentação cotidiana, o aproveitamento dos excessos numa industrialização doméstica, deveriam fazer parte de um programa educacional, de interesse não só para o Colono como a família.

Esse cerceamento nas atividades agrícolas individuais, dos Colonos, não está previsto em nenhum item de lei, mas é religiosamente observado.

O Colono nacional não tem realmente assistência nenhuma que o beneficie. Toda a assistência prestada pelo Ministério da Agricultura é mal-intepretada, redundando em prejuízo para o Colono. A administração do Núcleo não toma

conhecimento da existência dos médicos, também não se interessa pela sorte das professoras. Mas se não forem utilizados, numa perfeita sincronização, todos esses elementos para a assistência e educação do Colono, nunca teremos Núcleos e Colônias Agrícolas que correspondam ao grau de civilização atual.

Na seção de Piracema, a situação é a seguinte: uma população de 1.635 pessoas, das quais 1.026 crianças, distribuídas em 266 famílias. Destas residem em casas construídas pelo Ministério, 147 famílias, permanecendo quase ao relento 119 famílias.

4.^a PARTE

CAPÍTULO I

SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE

O Serviço Social visa geralmente reajustar o indivíduo ao meio em que vive. Quando, porém, o Serviço Social visa o reajustamento do meio social às necessidades do indivíduo, temos o Serviço Social de Comunidade.

Para que a ação da Assistente Social se faça sentir é necessário aplicar os métodos de pesquisas técnico-psicológicas mercê das quais chegaremos ao conhecimento real da situação.

Sempre que desejamos estudar alguma coisa, sentimos necessidade de dividir o assunto, para que possamos analisá-lo. Em se tratando de Serviço Social, da mesma forma, dividiremos o problema, esquematizando o assunto.

Muito importante, em Serviço Social, é o conhecimento das causas de desajustamento. Pois só conhecendo as causas poderemos fazer cessar os efeitos. Para esse conhecimento, realizaremos a tarefa mais delicada em Serviço Social, — a pesquisa social, os inquéritos individuais.

No Serviço Social Rural devemos observar primordialmente, — a organização da comunidade.

Precisaremos constatar como tem atuado na vida de cada indivíduo, essa organização, e qual a reação de cada um diante dessa organização. Iremos realizar, por conseguinte, as pesquisas de casos individuais, em inquéritos domiciliários.

Nunca, porém, percamos a noção do conjunto, o espírito de síntese, que em Serviço Social é básico.

De posse dos conhecimentos fornecidos pelos diversos métodos de pesquisas empregados, poderemos concluir qual a orientação a imprimir ao Serviço Social dentro dessa comunidade já estudada.

O Serviço Social de comunidade é dos de mais difícil realização, mas de possível aplicação no Brasil, sendo que se me afigura a única solução para o descalabro existente na nossa hinterlândia.

Nesta vastidão territorial, constitucionalmente dividida em 1.689 (mil seiscentos e oitenta e nove) Municípios, só uma solução se me depara: — a criação de mil seiscentos e oitenta e nove Centros de Serviço Social, tecnicamente aparelhados para solucionar os problemas característicos de cada localidade.

Nunca padronizemos um serviço que deve viver com características regionais próprias.

Concluimos, após muita observação, que devemos criar algo inteiramente novo e diferente do que se tem feito aqui. Já sentimos, e com que tristeza constatamos, o fracasso de grandes instituições assistenciais. A causa do fracasso foi atribuída a esta ou aquela falha administrativa, quando o verdadeiro mal foi a criação padronizada, centralizada.

Devemos inicialmente criar pequenos Centros de Serviço Social Rural, aproveitando elementos educacionais que estejam ao alcance daquela pequena comunidade, isto é, chamarmos a colaborar numa obra de soerguimento da Pátria todos os elementos disponíveis.

Não tendo o Serviço Social côr política ou religiosa, apenas um patriotismo enraigado, deverá utilizar todos os elementos educativos ao seu alcance, sem olhar tendências ideológicas.

Conhecendo como conheci o interior, o sertão do meu Brasil, conhecendo os tabus religiosos de algumas regiões, bem sei o que isto significa. Mas o ideal de brasilidade é um só e todos devem ser chamados a colaborar.

Os postos de Serviço devem corresponder às necessidades locais, suprimindo as faltas, corrigindo os erros, criando o que fôr necessário. Por isso não serão padronizados. Devem utilizar, para o bem da coletividade, as obras já existentes, sem criar outras idênticas, mas criando aquelas que, não existindo, forem necessárias. Logo o início do trabalho será o conhecimento do meio. A primeira etapa a vencer será sempre tomar conhecimento do que existe em realizações e projetos, pois que a esses conhecimentos fica condicionada a organização do Pôsto de Serviço Social na localidade.

Criemos um exemplo, bem típico da nossa vida rural. No município X, encontramos um reverendo Vigário ocupadíssimo no seu mister, visitando as suas capelas no lombo de um burrico chotão; um farmacêutico que gosta de boas leituras, mas passa a maior parte do seu precioso dia na conversa de café da praça; às vezes um dentista, que quando não é o interlocutor obrigatório do farmacêutico, é seu inimigo político, e cria nova rodinha de conversa fiada; três ou quatro moças, filhas de fazendeiros ricos da redondeza, diplomadas em bons colégios de freiras da capital, à espera de noivo sonhador; alguns rapazes que terminaram os estudos no nível em que o município lhes pode fornecer, e anseiam por um bom

emprego na cidade grande, desde que os pais não desfrutem situação financeira capaz de sustentá-los numa faculdade.

Não citamos os médicos, porque são muito raros no interior do Brasil, preferem os empregos bem remunerados das capitais.

Todos esses elementos não poderão ser de grande utilidade? O papel de Assistência Social não é outro senão o de coordenador desses elementos, harmonizando a situação de tal maneira que seja produtivo o seu ambiente.

Será necessário, é claro, o conhecimento pessoal do Município onde se vai criar o Posto de Serviço Social. O Assistente Social visitará o Município, tomará conhecimento dos elementos capazes de colaborar, afastará qualquer desarmonia existente, disfarçará arestas que porventura existam, tomará conhecimento das obras já existentes, particulares ou públicas, procurará obter sua colaboração eficiente, sem que nunca tente se imiscuir na administração existente.

Um princípio básico, para o Assistente Social — deve respeitar a autonomia das obras chamadas a colaborar, — não tentando absorvê-las, não procurando mudar sua finalidade, respeitando sua autonomia, incentivando-as nos seus programas, sem tolher a iniciativa particular.

Os elementos humanos a serem utilizados, também, da mesma forma, serão respeitados em suas características filosóficas ou ideológicas, procurando no entanto harmonizá-las de modo que produzam com perfeito espírito de equipe. Esse espírito de equipe, o Assistente Social terá que transmitir através de sua ação e de sua atitude.

PLANIFICAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Do Serviço Social Rural, seus fins e objetivos

Art. 1.º O Serviço Social terá no D.N.P. as dimensões e atribuições semelhantes as que exercem as demais seções especializadas.

Art. 2.º O Serviço Social Rural terá por finalidade única amparar material, espiritual e moralmente, o residente local levando-lhe, "o sentido da solidariedade cristã, base característica do Serviço Social". a) Estudará as razões dos desajustamentos da localidade (distrito, município, núcleo ou colônia agrícola) em que vai ser instalado o Posto de Serviço Social; b) Verificará as causas do desajustamento; c) Apurará a frequência dessas causas em dada localidade.

Art. 3.º O Serviço Social Rural terá por objetivo levar ao povo da localidade os benefícios da educação pedagógica, higiênica e técnica.

Art. 4.º O Serviço Social será organizado com elementos orgânicos subordinados apenas ao Diretor do D.E.P.V.

Dos Meios de que disporá o Serviço Social Rural para execução de suas finalidades e objetivos

Art. 5.º O Serviço Social disporá para execução de suas finalidades e objetivos, única e exclusivamente de elementos humanos, de cuja formação técnica dependerá a sua eficiência.

Art. 6.º Para a execução de suas finalidades, disporá o Serviço Social Rural de Assistentes Técnicos, formados por cursos regulares de três anos, no mínimo, capazes por conseguinte de desenvolver as seguintes atribuições:

- a) Visitação domiciliária;
- b) Pesquisas do campo;
- c) Pesquisas sociais;
- d) Inquéritos sociais;
- e) Estudos de casos individuais;

f) Aplicar o método de Serviço Social capaz de solucionar o caso.

Art. 7.º Para execução de seus objetivos, o Serviço Social disporá de Assistentes Sociais Técnicos, selecionados os de capacidade muito especial, para uma quase diplomacia, pois serão incumbidos de promover intercâmbio entre as diversas ações e departamentos técnicos e especializados do Ministério da Agricultura, solicitando colaboração, sempre que necessária.

CONCLUSÕES GERAIS

1.ª Conclusão — Os tipos de colonização oficial expressos especialmente através das Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleos Agrícolas do Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, não estão adequados a situação e peculiaridades do nosso ambiente rural. O Brasil não terá recursos para fazer a colonização nacional nessas bases em que se vêm realizando os trabalhos das Colônias e Núcleos Agrícolas, pois como estão funcionando não atingirão jamais os fins sociais e culturais para que foram criadas.

2.ª Conclusão — Promover meios de contato e íntima colaboração entre os diversos setores técnicos especializados, existentes no Ministério da Agricultura e que vivem num isolacionismo incompreensível e absurdo, anulando-se coletivamente.

3.ª Conclusão — Para a solução rápida e eficaz da situação de miserabilidade em que se encontram, em lamentável maioria, os colonos residentes nas Colônias e Núcleos Agrícolas do Ministério da Agricultura deve ser criado, e o quanto antes, no Departamento de Terras e Colonização, o Serviço Social Rural cuja finalidade primordial será a assistência integral ao Colono e sua família, por tempo indeterminado. Devendo essa assistência ser ultimada com urgência e carecendo o colono de assistência total devem os fornecimentos ser feitos em caráter cooperativista de crédito sem juros. Parecerá à primeira vista algo absurdo esse crédito sem juros. Mas o crédito será aberto apenas com a finalidade da recuperação do indivíduo, evitando a esmola que avilta e de que na realidade necessita.

A observação sistemática e conscienciosa da Assistência Social, visitando periodicamente a família, acompanhando o caso, informando quando deverá ser levantado o crédito ou quando deverá começar a cobrança, evitará abusos.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE — *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai* (Trad. Rubens Borba de Moraes).

ARTUR TÔRRES FILHO — *Aspectos da Economia Rural Brasileira*.

ARQUIMEDES TÁVORA (tradutor) — *Os Vinte e Oito Tecelões de Rochdale*.

ARISTIDES RICARDO — *Sociologia Aplicada*.

Brincar e Aprender — "Boletins dos Clubes Agrícolas" n.ºs 2, 3, 20, 21, 22, 23, 24, 26.

Boletim n.º 2 — da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia — *Organização Cooperativa da Cultura Baiana*.

Coleção de Leis existentes no Ministério da Agricultura.

Volume n.º 4, publicação de 1939.

Volume n.º 1, publicação de 1940.

Volumes n.ºs 1, 2, 3 e 8 publicações de 1941.

Volume n.º 7, publicação de 1943.

CARL SEIDLER — *Dez anos no Brasil* (Trad. Gen. Bertoldo Klinger).

CARL VON KOSERITZ — *Imagens do Brasil* (Trad. Afonso Arinos).

CHARLES RIBEYROLLES — *Brasil Pitoresco* (Trad. Gastão Penalva).

CLÓVIS CORREIA DA COSTA — *Maternidade e Serviço Social*.

DANIEL P. KIDDER — *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil, Rio de Janeiro e Província de São Paulo* (Trad. Moacir N. Vasconcelos).

DERLÓPIDAS CORREIA — *Os Africanos no Brasil*.

DANTE COSTA — *A Infância e a Recreação*.

DANTE COSTA — *Parques Infantis para Cidades do Interior*.

ESTEVAM PINTO — *Os Indígenas do Nordeste*.

EUCLIDES DA CUNHA — *Os Sertões*.

O Problema Rural no Brasil (discurso).

EDI COSTA LEITE — *Relatórios sobre o Núcleo Colonial de Santa Cruz entregues aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente do Estado do Rio. Bem assim às Câmaras Federais e Municipais do Distrito Federal e do Estado do Rio*.

EDY COSTA LEITE — *Campanha de Alfabetização, 1940 — Plano para Organização de Parques Infantis. — Plano*

de Organização do Departamento de Assistência Social no S.A.P.S.

GILBERTO FREIRE — *Casa Grande & Senzala. — Sociologia*.

HELENA LOPES ABRANCHES e ESTER PIRES SALGADO — *Meu Tesouro*.

J. PINTO LIMA — *A Educação primária nas zonas Rurais do Distrito Federal*.

JOÃO ANTÔNIO ANDRONAI (Jesuíta) — *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*.

JOAQUIM NABUCO — *O Abolicionismo*.

JOHN LUCCOCK — *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (Trad. Milton da S. Rodrigues).

JOHN NICUHOF — *Memorial Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* (Trad. Moacir N. Vasconcelos).

LUIZ AMARAL — *História Geral da Agricultura do Brasil*.

— *A Cruz de Ouro*.

— *Tratado Brasileiro de Cooperativismo*.

LOURENÇO FILHO — *Juazeiro do Padre Cícero*.

NINA RODRIGUES — *Os Africanos no Brasil*.

OLEGÁRIO VIEIRA — *Educação e Pauperismo*.

OLINTO DE OLIVEIRA — *A Casa da Criança*.

PADRE ANTÔNIO S.J. — *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*.

PEDRO VAZ DE CAMINHA — *Carta a el-lei D. Manoel — em 1.º de maio de 1500*.

PERNAMBUCO FILHO — *Venenos Sociais*.

Reader's Digest — *As Fazendas Adaptam-se à Idade da Máquina* (1945).

— *Caçadores de Plantas — Janeiro 1945*.

— *A Gigantesca Cooperativa de Ohio — Janeiro 1945*.

— *Andradina, (junho 1945)*.

RELATÓRIOS — *Ministério da Agricultura — 1938-1942*.

Relatórios — 1945, 1946.

Recortes do Diário Oficial — 24-7-42, 29-8-42, 4-1-42, 12-2-42.

Recortes do Diário Oficial — 14-5-43, 30-10-43, 29-1-44, 12-10-44, 8-6-45, 6-10-45, 16-11-45, 5-9-46, 28-5-46, 4-6-47, 27-8-47.

THOMAS BABS — *Memórias de um colono no Brasil* — (trad. Sérgio B. de Holanda).

VALDIKI MOURA — *Cooperativismo Escolar*.

VISCONDE CAIRU — *Memória dos Benefícios do Governo do Rei D. João VI*.